



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

Na sua edição de 21 de agosto p.p., o Jornal de Notícias dá conta de que as «aulas arrancam sem que mil auxiliares prometidos estejam nas escolas». A menos de um mês do arranque do ano letivo, o prometido reforço de 1067 assistentes operacionais, feito em fevereiro, ainda não chegou às escolas.

Em declarações ao JN, o presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP) assegura que os concursos de vinculação nos quadros só estarão concluídos a partir de meados de outubro: «Desconheço que uma vaga já tenha sido preenchida. O processo está atrasado. As provas de conhecimento e avaliação psicológica estão a ser agendadas para início de setembro, logo, nenhum processo deve estar concluído antes de meados de outubro».

No mesmo sentido, também um dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais disse ao JN que não conhece, até ao momento, qualquer entrada de novos assistentes operacionais nos quadros, e admite um mau arranque do ano letivo, com a falta de funcionários.

Por sua vez, o Ministério da Educação reconhece, na mesma peça, que 60 escolas ainda não iniciaram o procedimento para contratação.

Depois de em fevereiro, numa participação no Fórum TSF, a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação ter garantido que, nesse mesmo dia, o Ministério da Educação iria autorizar a contratação de mil assistentes operacionais para as escolas portuguesas.

Reforço que as escolas consideram ser «virtual», uma vez que resulta apenas na regularização dos vínculos de uma maioria de assistentes operacionais que já estão nas escolas a contrato.

Naturalmente que a vinculação destes funcionários aos quadros é uma medida positiva, mas, ainda assim, a não ser efetuado um verdadeiro reforço, para além destes mil, o problema de fundo não é resolvido.

Para que pudessem funcionar em boas condições, as escolas necessitariam de mais 3400 funcionários.

A falta de auxiliares tem consequências diretas no funcionamento de escolas e é um problema que, ao longo da Legislatura, mereceu sempre toda a atenção e preocupação por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Lamentavelmente, a grande maioria das perguntas dirigidas ao Governo sobre este assunto, relativas a escolas de norte a sul do país, não mereceram a devida atenção por parte do Senhor Ministro da Educação, que às mesmas não se dignou responder.

As notícias desta semana provam, mais uma vez, que o CDS-PP teve sempre razão nos alertas que fez e nas denúncias que tornou públicas ao longo dos últimos quatro anos e, nesse sentido, entendemos ser da maior pertinência insistir no pedido de esclarecimentos por parte do Senhor Ministro da Educação.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

As Deputadas do CDS-PP, abaixo-assinadas, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

- 1. Confirma V. Exa. que a menos de um mês do arranque do ano letivo, o prometido reforço de 1067 assistentes operacionais, feito em fevereiro, ainda não chegou às escolas?**
- 2. Confirma V. Exa. que as provas de conhecimento e avaliação psicológica estão a ser agendadas para início de setembro, logo, nenhum processo deve estar concluído antes de meados de outubro?**
- 3. Quantas escolas não iniciaram ainda o procedimento para contratação de assistentes operacionais?**
- 4. É verdade que os anunciados concursos resultarão apenas na regularização dos vínculos de uma maioria de assistentes operacionais que já estão nas escolas a contrato, e não em novas contratações?**

Palácio de São Bento, 22 de agosto de 2019

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

---

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.